

ESCRavidÃO, Açúcar e Acumulação:

OS HOMENS BONS DE 1797 e a formação de uma elite política na Vila de Campinas

PAULO EDUARDO TEIXEIRA¹

INTRODUÇÃO

Livres, agregados, e escravos, três categorias em que negros, pardos, mulatos, e brancos se encontravam no dia a dia. Essa hierarquia social, entretanto, abria espaço para a formação de grupos específicos no interior dessas classes, onde interesses diversos serviram para aglutiná-los em torno de critérios que passaram a definir esses grupos.

Entre a população livre, os “homens bons” formaram um grupo privilegiado de pessoas que determinaram os destinos das vilas, pois somente estes poderiam ocupar os cargos de juizes e vereadores das Câmaras locais, dando-lhes poder e prestígio, uma vez que estes órgãos tinham autonomia própria. Essa autonomia político-administrativa retrocede aos primeiros tempos da colonização, onde a falta de conhecimento dos regimentos obrigava, por exemplo, a Câmara de São Paulo a aplicar “a prudente orientação traçada pelos usos e costumes”.²

Essa independência por parte das Câmaras foi responsável por muitos atritos políticos travados com os Governadores desde o princípio da colonização, quando foi implantado o Governo Geral, até quando esta se encontrava já estabelecida, ao menos em boa parte do território colonial. Para exemplificar melhor este ponto, basta lembrarmos que no período em que a Capitania de São Paulo esteve extinta, as Câmaras continuaram o seu trabalho de forma a fortalecer essa autonomia, uma vez que à distância com a nova capital impunha a tomada de decisões independentemente das instâncias superiores.

Heloísa Bellotto, ao estudar questões relacionadas à autoridade no governo do Morgado de Mateus, notou que as atitudes de oposição ao seu trabalho seriam inspiradas por camaristas, o que acabavam refletindo na opinião pública, e ainda mais, que “A principal acusação do Morgado de Mateus contra as Câmaras era de que, formando uma força política, local, pretendiam sempre ir além de suas prerrogativas legais.”³

Aos “homens bons” cabia, como afirmamos anteriormente, o monopólio dos cargos nas Câmaras, colocando-os como camada social privilegiada, “como os mais ricos, os mais notáveis, os mais respeitados chefes de família, as pessoas honradas por excelência dentro de cada povoado.”⁴

Este nosso trabalho visa estudar os “homens bons” quanto à estrutura da posse de escravos e a estrutura familiar, bem como entender o processo de formação dessa camada política. Para esse nosso estudo, duas fontes documentais foram utilizadas, a primeira, consta do rol de homens bons quando da primeira eleição para ocupar os cargos da Câmara de Campinas, em 1797, onde é apresentada a lista constando 61 nomes dos principais da terra, a massa documental seguinte, consta dos registros censitários conhecidos pelo nome de *Listas Nominativas*, e para nossas considerações estaremos utilizando as Listas dos respectivos anos: 1767, 1770, 1774, 1778, 1782, 1786, 1790, 1794, 1798, 1814 e 1829.

O desenvolvimento desse estudo estará pautado no instrumental oferecido pela demografia histórica, sendo apoiado pelo programa de computador S.P.S.S., versão 8.0.

BREVE QUADRO HISTÓRICO: A RESTAURAÇÃO DA CAPITANIA

A restauração administrativa da capitania de São Paulo em 1765 foi um passo fundamental para a Metrópole iniciar o processo de ocupação das áreas coloniais que ficaram praticamente abandonadas durante o apogeu do ouro nas Minas Gerais. O restabelecimento dessa região administrativa contou com a construção de fortificações para defender as vastas fronteiras contra possíveis invasões por parte dos espanhóis, pois nesta época São Paulo abrangia o território que divisava Rio de Janeiro e Minas ao norte, e se estendia até ao sul de Santa Catarina.⁵

Num período em que as rendas advindas da extração do ouro tornavam-se cada vez mais escassas, fazia-se necessário medidas de recuperação econômica da Capitania, uma vez que para realizarem os projetos de defesa e militarização era preciso obter recursos próprios, tanto materiais quanto humanos.⁶

Ao estudar os homens livres e pobres das Minas Gerais durante esse período, Laura de Melo e Souza reconheceu o novo pensamento econômico que passava a determinar a direção política e econômica da Colônia, e assim ela se referiu:

O reformismo ilustrado português caracterizou-se também por um reviver fisiocrático, a “imaginária riqueza das minas” passando a ser encarada como um mal e a agricultura assumindo a feição de verdadeira riqueza.⁷

As primeiras impressões do Capitão Geral e Governador Morgado de Mateus foi de que as povoações eram pequenas, “faltas de gente”, e onde os homens eram acostumados a viverem dispersos, “metidos pelos mattos sem ouvirem mais que a sua família, faltos de instrução, e de doutrina, e até dos principios da nossa Fé”.⁸ E para avaliar o número da população existente na Capitania, o Morgado Mateus enviou ordens para a realização dos primeiros recenseamentos da Capitania.

Outra medida administrativa adotada pelo Morgado de Mateus para reorganizar o poder central da Capitania passou pelo reconhecimento de que ele necessitava de representantes em cada uma das vilas e localidades existentes. Assim, a atribuição de cargos e patentes, serviu-lhe como uma estratégia para fazer com que o poder local se aproximasse dele – como um representante do poder metropolitano –, e dessa maneira o ajudasse na consolidação das práticas e objetivos propostos.

Assim, auxiliado pela força e poder de grandes senhores locais, o Morgado de Mateus deu curso ao restabelecimento das vilas já formadas e pode empreender o estabelecimento de novas povoações e vilas.

Por outro lado, a implantação de uma economia voltada para a exportação, ou seja, uma agricultura com vistas ao comércio externo, implicava no estabelecimento de uma população estável e fixada à terra, portanto, uma política econômica e administrativa não seria suficiente para realizar esta tarefa. Para Maria Thereza S. Petrone o crescimento da produção de açúcar na Capitania de São Paulo deveu-se a uma política de exportação bem dirigida pelos capitães gerais, que aproveitaram a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior no período de 1765 até 1808, e procuraram aumentar o movimento dos portos paulistas, especialmente o da vila de Santos.⁹

Para Peter Eisenberg, “o estímulo mais importante para a agricultura paulista naquela época foi a subida rápida dos preços internacionais do açúcar na década de 1790.”¹⁰ Tal fato é explicado pela interrupção das exportações de açúcar do atual Haiti, que na época iniciava uma revolução social liderada por ex-escravos, e dessa maneira a escassez do produto no

mercado europeu desencadeou um processo de aumento do preço do açúcar, estimulando a entrada de novos produtores no mercado, e neste caso, a Capitania de São Paulo foi grandemente beneficiada.

Se não podemos negar a influência externa como sendo capital para o desenvolvimento de uma lavoura comercial, o estabelecimento de uma estrutura portuária, e de caminhos de ligação também foram fundamentais. As notícias que vieram da Europa não poderiam ecoar na Capitania paulista se esta não se encontrasse com as condições mínimas para a produção e escoamento da mesma.

O papel da Restauração de São Paulo em 1765 foi bem mais amplo do que se costuma imaginar, ultrapassou os desígnios militares, e visou o estabelecimento de um povoamento sólido, através do qual poderia fixar uma economia baseada na agricultura comercial. As sucessivas ações governamentais prepararam uma infra-estrutura que possibilitou a exportação de diversos produtos, como mostram alguns mapas de cargas de navios que partiram rumo aos portos europeus, porém o açúcar brasileiro foi agraciado com as altas dos preços que fizeram dele o principal produto na pauta de exportação da Capitania até a primeira metade do século XIX.

ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS DE CAMPINAS: O BAIRRO, A FREGUESIA E A VILA

A atual cidade de Campinas teve seu princípio a partir da formação de um pouso destinado aqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo a região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire, se estendia “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”,¹¹ passando por Jundiáí, Campinas, Mogi-mirim, Mogi-guaçu, Casa Branca e Franca. Outro viajante, o pastor Kidder, após deixar para trás a capital da Província em 1839, e seguir rumo à Campinas, descreveu a entrada desse caminho da seguinte maneira:

O caminho desenvolvia-se por entre morros e vales, apenas de raro em raro proporcionando uma visão mais ampla. Cada curva da estrada parecia nos levar mais para o âmago de um vastíssimo labirinto repleto de belezas vegetais, apenas levemente tocados, aqui e acolá, pela mão do agricultor.¹²

Se perto da metade do século XIX o visitante pode contemplar poucas roças ao longo do caminho, imaginemos o que não teria sido isto por volta de 1740 quando foram distribuídas as primeiras datas de sesmarias na região de Campinas. Para se ter uma idéia mais próxima, o recenseamento da população do “Bayrro do Mato Groço Cam.º de Minaz”, futura vila de Campinas, mostra que a dita localidade pertencia à vila de Jundiáí no ano de 1767, e que era composta por 53 domicílios, ou fogos. Porém, a vida política de Campinas inicia uma mudança em 1774, quando a mesma atinge sua autonomia religiosa ao estabelecer a freguesia de N. Sra. da Conceição das Campinas, e para, ao final do século XVIII, exatamente no ano de 1797, estabelecer a independência política em relação a Jundiáí, tornando-se uma vila, batizada com o nome de São Carlos. Assim temos traçado os três períodos aludidos acima, o bairro, que compreende o momento anterior a 1774, a freguesia, que se inicia neste ano e se estende até 1797, e finalmente a vila, que se findou em 1842, quando então seu nome de origem volta a ser restaurado, e nasce a cidade de Campinas.

A tabela 1 nos dá uma radiografia de todos esses momentos, através da indicação da população total encontrada nos censos ao longo de vários anos, vejamos:

TABELA 1: POPULAÇÃO TOTAL
CAMPINAS: 1767 - 1829

ANO*	N.º TOTAL DE DOMICÍLIOS	N.º TOTAL DE HABITANTES	N.º Médio de Pessoas por DOMICÍLIOS
1767	53	268	5,1
1770	59	261	4,4
1774	57	475	8,3
1778	67	448	6,7
1782	93	560	6,1
1786	111	691	6,2
1790	177	1138	6,4
1794	249	1862	7,5
1798	368	2508	6,8
1814	717	5593	7,8
1829	950	8545	8,9

FONTE: Listas Nominativas de Campinas. (AEL – UNICAMP) *Os dados para o ano de 1798 foram coletados em EISENBERG, Peter L. *Ob. cit.*, p.358

Ao observarmos os anos de 1767/70 e 1774/78 notamos uma ligeira queda no número total de habitantes, entretanto, se levarmos em conta que houve um pequeno aumento do número de domicílios nestes intervalos pode-se afirmar que a queda foi maior, afetando inclusive a média de moradores por domicílio, que decresceu de 5,1 para 4,4 e, de 8,3 para 6,7 respectivamente. Isto nos alerta para a mobilidade espacial das pessoas, e até mesmo para o exercício de atividades que os indivíduos permaneciam temporariamente longe de seus lugares de origem. Entretanto, a partir de 1778, as taxas de crescimento serão sempre positivas, e o cálculo da taxa geométrica anual média de crescimento entre 1778 e 1798 será de 8,9%, valor muito expressivo se comparado ao de Lorena, no Vale do Paraíba, que alcançou 1,8% durante o mesmo período.¹³

Será a partir da última década do século XVIII que Campinas passará a ter um crescimento populacional cada vez maior, no entanto, cabe frisar que em grande medida isto se deveu a expansão da lavoura canavieira, atraindo não só as pessoas de condição livre como também incentivou a entrada maciça de cativos na região. Vejamos a tabela 2:

**TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL
POR CONDIÇÃO SOCIAL
CAMPINAS: 1774, 1794, 1814 E 1829**

ANO	CONDIÇÃO SOCIAL			
	LIVRES		ESCRAVOS	
	F.Ab.	F.Rel.	F.Ab.	F.Rel.
1774	388	81,7%	87	18,3%
1794	1364	73,3%	498	26,7%
1814	3700	66,2%	1893	33,8%
1829	3746	43,8%	4799	56,2%

FONTE: Listas Nominativas de Campinas. (AEL – Unicamp)

Como podemos notar, até 1814 a vinda de livres foi muito importante para o crescimento demográfico da vila campineira em termos absolutos, por exemplo, dos 527 chefes de domicílio que declararam a naturalidade, apenas 67 eram nascidos em Campinas.¹⁴ Por outro lado, o aumento relativo da população cativa foi paulatinamente se tornando mais expressivo, a ponto desse grupo se tornar majoritário em 1829. Sobre este momento Slenes afirma que “Açúcar e escravidão rapidamente tornaram-se praticamente “sinônimos” em Campinas e o crescimento da população cativa foi explosivo: em torno de 18% ao ano entre 1789 e 1801, e 5% ao ano entre 1801 e 1829.”¹⁵

Quando analisamos a proporção entre homens e mulheres nas duas populações, percebemos nitidamente que a vinda de escravos do sexo masculino se tornou preponderante principalmente a partir de 1794, momento que os engenhos começaram a proliferar na freguesia.

Ao observarmos a tabela 3, notamos a preponderância do sexo feminino entre o segmento livre da população, algo que vem corroborar aquilo que foi observado por Marcílio para a capitania de São Paulo.¹⁶ Entretanto, algumas considerações devem ser feitas nesse caso, pois a razão de sexo é desfavorável não só para a população masculina em idade adulta, mas ocorre também entre a população infantil. Assim, a idéia de que os constantes recrutamentos eram a causa para se entender o predomínio de mulheres deve ser repensado sob a luz de novas investigações. Além disso, os dados acima atestam algo diferente daquilo que foi sugerido por Marcondes, ou seja, de que “no início da ocupação de uma nova região haveria a emigração principalmente de homens das áreas mais antigas”. O que notamos no princípio da ocupação de Campinas, quando a mesma era um bairro rural de Jundiá, é a forte presença de casais, caracterizada pelos domicílios nucleares, isto é, aqueles compostos pelo casal, ou o casal com filhos. Assim, o processo migratório para as áreas de fronteira podem ter diferido muito dado o tipo de exploração econômica da referida região, sendo que para o nosso caso a participação das mulheres foi essencial, fosse ao lado de seus maridos, ou mesmo sozinhas.¹⁷

**TABELA 3: RAZÃO DE SEXO SEGUNDO CONDIÇÃO SOCIAL E
FAIXA ETÁRIA
CAMPINAS, 1767 – 1829**

RAZÃO*	1767	1770	1774	1778	1782	1786	1790	1794	1800	1817	1829
Livres											
- 12	83	95	92	108	76	78	87	111	102	108	124
12 – 60	91	88	90	89	86	80	85	88,6	95	96	84
+ 60	100	250	110	240	130	141	163	133	92	134	127
Total	88	93	92	99	84	82	88	98	98	101	95
Cativos											
- 12				66	47	81	60	89	118	96	103
12 – 60				106	131	123	119	163	213	266	259
+ 60				300	250	200	350	600	600	411	644
Total				100	103	108	99	145	194	234	234
POPULAÇÃO TOTAL				99	87	87	90	109	118	141	156

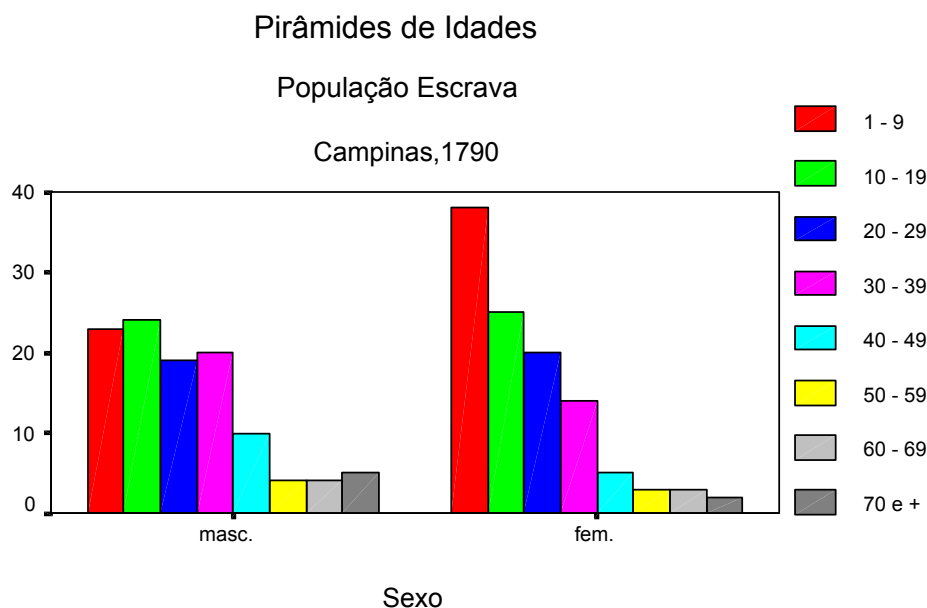
*A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por um grupo de 100 mulheres.

Fonte: Listas Nominativas de Campinas. (AEL – Unicamp) As Listas de 1767 e 1770 não registraram nenhum escravo, e a de 1774 apenas indica o número total de cativos em um fogo. Os dados para os anos de 1800, 1817 e 1829, foram coletados em MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p.32, 33, 34, e em virtude disso os dados para a faixa de -12 corresponde na realidade a faixa de até 9 anos, ao passo que a faixa seguinte corresponde de 10 a 59.

Ao considerarmos a faixa daqueles que atingiam os 60 anos de idade, notamos uma razão de sexo bastante elevada, indicando que os riscos de morte para as mulheres deveriam de ser maiores para elas, especialmente no que diz respeito ao momento de um parto. E isto é válido também para a população escrava, embora entre este grupo a presença feminina fosse ainda menor.

Embora houvesse a preferência por escravos do sexo masculino para o trabalho no campo, um certo equilíbrio entre os sexos pode ser notado até cerca do ano de 1790, quando então as razões de sexo atingem 145 em 1794, 194 em 1800, 234 em 1817 e 1829. Sem dúvida a lavoura canavieira mudou o comportamento dos escravistas em relação ao tipo de escravo a ser adquirido. Até 1790 podemos dizer que havia um equilíbrio entre os sexos dos cativos, especialmente daqueles que se encontravam na faixa de 10 a 29 anos, porém, a partir de 1794, o interesse dos senhores passa a ser em comprar homens de 20 a 29 anos. Vejamos dois gráficos que ilustram esse momento de transição.

GRÁFICO 1

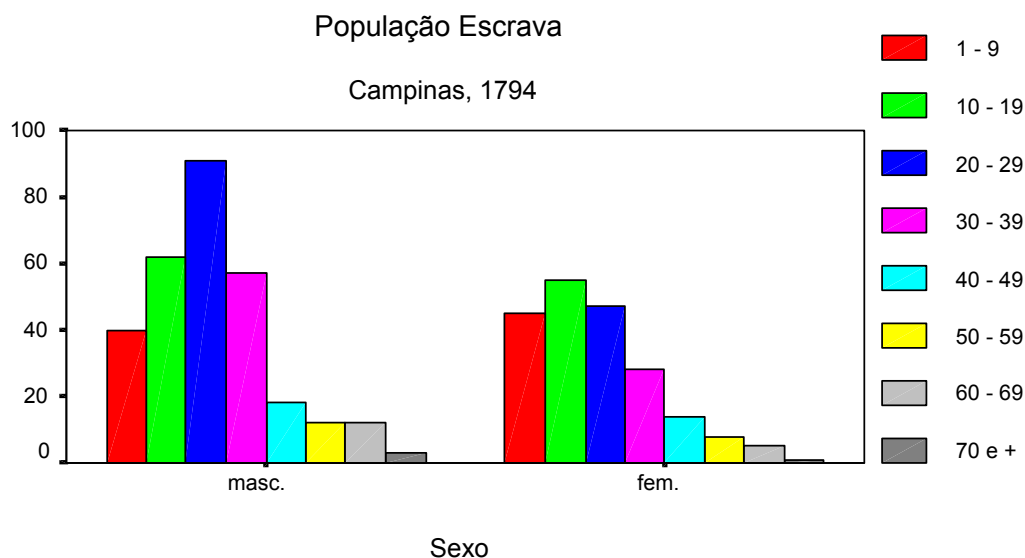


Fonte: Lista Nominativa de Campinas, 1790.

O gráfico 1 evidencia que a faixa de crianças (1 – 9 anos) do sexo feminino sobressaía-se diante das demais, uma constante verificada nas Listas Nominativas analisadas desde 1778. Esse comportamento assemelha-se ao encontrado por Motta para o caso de Lorena em 1801, embora seja difícil estabelecer algumas respostas para tais situações, alguns paralelos podem ser traçados em relação às crianças cativas. 18 O primeiro deles refere-se ao tamanho dos plantéis em que viviam esses escravos, pois a maioria encontrava-se naqueles que possuíam um maior número de escravos, favorecendo não só as relações sexuais entre os mesmos, mas a própria existência da família escrava. Um segundo ponto está vinculado justamente “ao efeito que o desenvolvimento dessas famílias poderia ter sobre o próprio tamanho dos plantéis onde elas estivessem. (...) ao que tudo indica, a família escrava responde pela transformação de um plantel médio em um grande”.19 Assim, em 1778, o Sargento-mor João Roiz da Cunha mantinha em seu domicílio três famílias de escravos, Matheos e Maria, juntamente com dois filhos, Jozé, 42 anos, casado com Thereza, forra, ao lado de quatro filhos, e mais Francisco e Anna com três filhos. Além destes, o Sargento tinha mais quatro escravos, totalizando 18 indivíduos. Alguns anos depois, em 1782, o plantel do Sargento modificara-se um pouco, pois ele não possuía mais os quatro últimos escravos, e a escrava Maria, mulher de Matheos, havia morrido naquele ano, porém, graças as famílias escravas, o número do plantel mantinha-se o mesmo. 20

GRÁFICO 2

Pirâmides de Idades



Fonte: Lista Nominativa de Campinas, 1794.

O gráfico 2 por seu turno apresenta uma configuração em que o desequilíbrio entre os sexos dos escravos começará a ser verificado especialmente nas faixas adultas de 10 a 39 anos, com a preferência pelo trabalho masculino. Diante disso, a expansão da família escrava sofrerá conseqüências pela falta de parceiros entre eles, embora não obstruindo a existência da mesma, segundo Slenes.²¹

Ao procurarmos analisar o estado conjugal dos escravos (Veja Tabela 4) deparamo-nos com o problema das Listas Nominativas apresentarem de forma irregular a situação de casado, solteiro, ou viúvo, por esta razão, apenas as Listas de 1778 e 1782 dão-nos algumas informações desse tipo, ainda assim, os dados contidos na tabela 4 deixam entrever que o casamento sancionado pela Igreja era algo plausível para os cativos.

**TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA
PELO ESTADO CONJUGAL
CAMPINAS: 1778 E 1782**

ESTADO CONJUGAL	1778		1782	
	F.Ab.	F.Rel.	F.Ab.	F.Rel.
Casado	23	20,5%	12	10,7%
Solteiro	41	36,6%	31	27,7%
Não Declarado	48	42,9%	69	61,6%
TOTAL	112	100%	112	100%

Fonte: Listas Nominativas de Campinas. (AEL – Unicamp)

Estudando a população escrava casada, em relação ao total de cativos de 15 anos ou mais (Veja a Tabela 5), evidenciamos um comportamento diferente daquele que foi estudado por Slenes durante o período em que a grande lavoura constituía o centro dinâmico da economia escravista.

Os dados apresentados na tabela 5 para a faixa de pequenos plantéis nos levam a concordar com a idéia de que uma grande barreira aos casamentos religiosos entre escravos era o pequeno rol de potenciais cônjuges. Por outro lado, entre os plantéis com 10 ou mais escravos, a razão de sexo pode determinar a proporção de homens e mulheres casados. Para o ano de 1778, notamos o predomínio do elemento feminino entre os cativos, favorecendo não só o casamento para os homens como também possibilitando a oportunidade de escolha de seu cônjuge. Este caso pode demonstrar como um dado sistema demográfico está associado a sua base econômica, podendo gerar a alteração em uma determinada variável demográfica, como o sexo.

TABELA 5: CASADOS E VIÚVOS COMO PERCENTAGEM DOS ESCRAVOS E ESCRAVAS DE 15 ANOS OU MAIS, POR TAMANHO DE FAIXA DE PLANTEL CAMPINAS, 1778, 1801, 1829

Tamanho Faixa de Plantel	Homens com 15 anos ou mais			Mulheres com 15 anos ou mais			Razão de Sexo entre a população com 15 anos ou mais		
	1778	1801	1829	1778	1801	1829	1778	1801	1829
1 – 9	19,2%	32,8%	20,0%	31,2%	39,2%	31,4%	163	123	170
10 e +	58,3%	29,3%	23,4%	42,8%	68,8%	60,2%	86	231	309
TOTAL	31,5%	30,1%	23,0%	36,6%	58,2%	55,4%	126	192	286

Fonte: Lista Nominativa de Campinas, 1778. Os dados para 1801 e 1829 foram coletados em SLENES, Robert W. *Ob. cit.*, p. 75 – Tabela 1.

Assim, o caminho que procuramos percorrer até aqui, foi o de procurar mostrar como a entrada da lavoura canavieira alterou não só a paisagem natural de Campinas, como também, e principalmente, a estrutura demográfica da mesma, seja pelo crescente número de migrantes advindos de variadas partes do Brasil e da Europa, e/ou pelo grande contingente cativo que forçadamente se instalou na região.

Paralelamente a estas mudanças demo-econômicas, a freguesia das Campinas preparava-se para mudar politicamente, pois com a criação da vila surgiu uma nova classe de pessoas, um grupo privilegiado politicamente, pois a ele “cabia a escolha, entre os de seu meio, dos eleitores que, por sua vez, elegeriam os vereadores, juizes ordinários, procuradores, escrivães, almotaceis e outros cargos da Câmara.”²²

Os homens bons, como vieram a ser conhecidos, determinaram os rumos políticos de cada vila e cidade, e a forma de atuação dos mesmos refletia os interesses do grupo que representavam. Assim, a parte seguinte desse trabalho procurará caracterizar esse grupo diante do contexto econômico até aqui exposto.

OS HOMENS BONS DE 1797

Localizamos o rol de homens bons quando da primeira eleição da Câmara de Campinas, em 1797, onde é apresentada uma lista constando 61 nomes. O Vigário da Freguesia de Campinas, Joaquim José Gomes, é quem nos dá a conhecer a “Relação dos homens bons que podem servir os Cargos da Republica”²³ da nova vila, que nasceu com o nome de “Sam Carlos”. Entretanto, poucas são as referências que o padre fornece sobre estes

homens, deixando entrever apenas que são “Engenheiros”, isto é, possuem lavouras de cana-de-açúcar e tem engenho próprio.

Com o uso da Lista Nominativa de 1794, localizamos trinta e oito, dos sessenta e um futuros homens bons da Vila de Campinas, demonstrando que a maioria deles não era morador recém chegado, aliás, pelo menos dois destes eram moradores desde 1774. No entanto, mesmo após a participação dos homens bons para a eleição da Câmara, em 1798, não localizamos a presença de nove eleitores, o que talvez possa ser explicado pela acentuada mobilidade espacial nesse momento. Porém, mesmo passados vários anos, vamos encontrar muitos desses homens instalados em suas propriedades, gerenciando a produção e o trabalho de seus escravos.

A riqueza dos homens bons pode ser medida, como atestam os inventários, principalmente pelos bens de raiz, e pelo número de escravos pertencentes a eles. Quanto ao primeiro, podemos dizer que o valor de um imóvel passava a ser significativo a partir de benfeitorias existentes no mesmo, tal como um engenho, por exemplo. Já o escravo tinha seu valor definido de acordo com diversas variáveis, tais como idade, sexo, e origem, dentre outras. Mas, embora os censos apresentem informações somente quanto ao número de escravos, podemos dizer que estes são plenamente válidos para avaliarmos a riqueza dessas pessoas, pois freqüentemente a soma de seus valores era superior a dos bens imóveis.

Assim, utilizando a lista fornecida pelo padre Joaquim José Gomes cruzamos os nomes contidos nesta com os nomes dos chefes de domicílios encontrados nas Listas Nominativas para diversos anos. Esse procedimento possibilitou alargar nossas considerações quanto ao papel dos homens bons, não apenas em relação ao período anterior a 1797, como vislumbrar sua participação nos anos posteriores. Vejamos o Quadro 1, que apresenta o resultado desse nosso esforço:

**QUADRO 1: NÚMERO DE ESCRAVOS DOS HOMENS BONS
CAMPINAS, 1774 - 1829**

<i>HOMENS BONS</i>	<i>ANOS SELECIONADOS</i>								
	1774	1778	1782	1786	1790	1794	1798	1814	1829
AGOSTINHO JOSÉ DE CAMPOS					0	-	0	3	
ALBANO DE ALMEIDA LIMA						0	19		
ANGELO CORDEIRO DO AMARAL						0	0		
ANTONIO ANTUNES DE CAMPOS							2	8	
ANTONIO DA SILVA						2	11	29	
ANTONIO DE CAMARGO PENTEADO, ALFERES						12	15		
ANTONIO DE CERQUEIRA CÉSAR, CAPITÃO						5	15	24	
ANTONIO FERRAZ DE CAMPOS, CAPITÃO						55	53		
ANTONIO JOSÉ DE MATOS						4	6		
ANTONIO MENDES DE GODOY							4		
BERNARDO GUEDES BARRETO		0	0	2	2	3	11	32	
BOAVENTURA DE CAMARGO					0	0	0		
CLAUDIO FURQUIM DE CAMPOS				0	0	13	10		

DOMINGOS DA COSTA MACHADO FILHO							6	12	48
DOMINGOS DA COSTA MACHADO, TENENTE	6	9	8	7	12	10	17		
FELIPE NÉRI TEIXEIRA, CAPITÃO						27	39		
FELISBERTO DE GODOY DE ALMEIDA						2	2		
FLORIANO DE CAMARGO PENTEADO, ALFERES						13	24		
FRANCISCO DE CAMARGO PIMENTEL					0	0	0		
FRANCISCO DE MORAIS, ALFERES									
FRANCISCO DE PAULA CAMARGO, TENENTE						21	21	33	
INÁCIO CAETANO LEME, ALFERES					0	-	1	18	25
INÁCIO DE CAMPOS BUENO					0				
INÁCIO FERREIRA DE SÁ							32		
JERONIMO PEDROSO DE BARROS							3		
JOÃO DA ROSA DIAS	2	-	2	2	2	2	3		
JOÃO DE CAMARGO PIMENTEL				0	0	0	1		
JOÃO EVANGELISTA CABRAL							1	5	8
JOÃO FERRAZ DE CAMPOS								12	
JOÃO JOSÉ DA SILVA, ALFERES						4	27	55	
JOÃO MANOEL DO AMARAL					1	5	6	17	34
JOÃO MONTEIRO DE OLIVEIRA					7	8	9	3	
JOÃO PIMENTEL DE CAMARGO						0	2	0	2
<i>HOMENS BONS</i>	<i>ANOS SELECIONADOS</i>								
	1774	1778	1782	1786	1790	1794	1798	1814	1829
JOAQUIM ANTONIO DE ARRUDA						12	13	9	13
JOAQUIM BERNARDO GOMES							4	4	
JOAQUIM CARDOSO DE GUSMÃO			0	-	-	5	12	36	53
JOAQUIM DE OLIVEIRA LEITE						9	7	7	
JOAQUIM JOSÉ DE ALMEIDA								*	
JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA NOGUEIRA, CAPITÃO						24	23	37	65
JOAQUIM PEDROSO DE BARROS						0			
JOSÉ ALVES DE LIMA, TENENTE									
JOSÉ ANTONIO DO AMARAL, ALFERES					4	12	14	28	
JOSÉ BARBOSA DA CUNHA, DR									
JOSÉ BARBOSA DO REGO				0	0	0	0	1	
JOSÉ CAMARGO PAIS, CAPITÃO						17	21		
JOSÉ DA ROCHA CAMARGO						16	18	47	
JOSÉ DE ALMEIDA LIMA							16		
JOSÉ DE SOUSA SIQUEIRA						1	8	24	
JOSÉ GONÇALVES CÉSAR						3			
JOSÉ PEDRO DA CUNHA, TENENTE							3		
LUIS MENDES DE GODOY					1				

MANUEL FERRAZ DE CAMPOS, ALFERES						4	10	40	
MANUEL MENDES DE GODOY					0	2	2	4	
MANUEL PEREIRA TANGERINO						1	4		
NICOLAU ALVES DA SILVA							8		
PEDRO GONÇALVES MEIRA, TENENTE							35		
RAFAEL ANTUNES DE CAMPOS							8	5	18
RAFAEL DE OLIVEIRA CARDOSO							12	9	6
SALVADOR DO PRADO CORTEZ					1	1	2		
VENTURA BARBOSA DA CUNHA							3		
VICENTE JOSÉ MACHADO					2	0	0	11	

Fontes: 1.^a) “Relação dos homens bons que podem servir os Cargos da Republica”, In: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Vol. III, 1913, p.7 e 8.

2.^a) Listas Nominativas de Campinas. (AEL – Unicamp)

* Localizamos um tal Joaquim José de Almeida em 1814 (Cia 4, fogo 93), porém sua idade neste ano (27 anos) indica que o mesmo teria 10 anos quando foi feito o rol de Homens Bons, o que achamos por bem deixa-lo de lado para uma posterior investigação, mesmo sendo um senhor de engenho com 6 cativos.

A idade média dos 52 homens bons localizados em 1798 era cerca de 40 anos, algo interessante se levarmos em consideração que esse grupo correspondia aos mais privilegiados da localidade, isto é, os escravistas, e que a média de cativos entre aqueles que possuíam ao menos um escravo (46 homens bons) era de 12,3. Em 1814, os 28 remanescentes desse grupo tinham uma idade média de praticamente 50 anos, e mais de 18 escravos em média. Isso confirma que a hipótese sobre a acumulação da riqueza durante o ciclo de vida de uma pessoa deve ser avaliada também em relação ao *status* social do indivíduo. Um exemplo claro é o caso dos dois homens bons chamados Domingos da Costa Machado, um era o pai, o outro, o filho. Em 1798 o pai possuía 17 escravos, enquanto o filho apenas seis, mas após a morte do pai em 1808, o filho passa a ter 12 cativos em 1814. O apoio familiar, vindo através do dote ou de uma herança, deve ter contribuído para que os homens bons de Campinas, ainda em meia idade, possuíssem médias de escravos bem elevadas se comparadas aos escravistas de Lorena, aonde indivíduos com 50 a 59 anos apresentaram uma posse média de 6,7 cativos.²⁴ Mesmo relacionando a posse média de escravos com a idade dos proprietários campineiros, excluído o grupo de homens bons, notamos uma diferença significativa em 1814, ou seja, os escravistas com 40 anos possuíam em média 8 escravos.

Como podemos observar no Quadro 1, era expressiva a participação de pequenos senhores de escravos (1 a 5) e mesmo de não proprietários entre os primeiros homens bons de Campinas, isto é, no ano de 1798. Por outro lado, neste grupo havia uma pequena elite, representada por aqueles senhores com mais de quinze escravos, onde apenas treze homens bons eram responsáveis por mais de 60% dos 563 escravos existentes entre eles. Isto abre a possibilidade para entendermos a hierarquia existente nesse grupo e percebermos que havia uma relação de dependência dos pequenos e mesmo dos não proprietários de escravos, para com os maiores. É a questão política, propriamente dita, que perpassa essas relações, os aliados políticos, os compadres, os amigos, os protegidos, os afilhados, enfim, os arcos de dependência...

Quando estudamos as ocupações desempenhadas por estes homens, podemos afirmar que elas estavam diretamente relacionadas com a posse de escravos. A grande maioria desses homens bons era composta, em 1798, por senhores de engenho (46%), e por aqueles que plantam “cana de partido” (19%), portanto dos que estão empregando seus recursos num produto, o açúcar, que é exportado pela vila e que nesse momento apresenta uma alta

rentabilidade. Para darmos uma idéia disso, recorremos ao mapa de exportação dos produtos que foram vendidos para São Paulo e Santos nesse mesmo ano, e somente o açúcar somou 16:902\$400 (dezesesseis contos, novecentos e dois mil e quatrocentos réis), o equivalente a 95% do valor de todos os produtos agrícolas exportados, e responsável por um excedente monetário muito elevado e que certamente seria empregado no aumento da mão-de-obra escrava, ou no estabelecimento de novos engenhos

Uma outra categoria bem representativa foi a dos “roceiros” (21%), que seriam aqueles senhores de poucos escravos procurando alcançar meios para se integrarem no grande comércio, como o caso de João da Roza Dias, que tendo apenas três escravos, “plantou cana de partido para o ano de 1799”.²⁵

Outros roceiros, como João Pimentel de Camargo²⁶, procuravam na criação de porcos uma renda extra, uma vez que o toucinho, após o açúcar, era o produto de melhor rendimento. Havia também, nesse grupo, aquela minoria que sem o auxílio do braço escravo, “só planta p. sua casa”, algo aceitável, no entanto, para esta rústica sociedade.

Enfim, os homens bons de Campinas seriam em sua totalidade agricultores, não fosse o caso de José Barbosa Rego, que além de plantar mantimentos para sua casa, “vive de seu officio de Oleiro”.²⁷ Isso demonstra que a proibição ao trabalho manual, como uma forma de manter os valores da nobreza, podia ser tolerada na Colônia. Da mesma forma, a participação entre os homens bons deveria ser vetada aos solteiros, entretanto, a presença dos alferes Manuel Ferras de Campos, e Ignacio Caetano, ambos solteiros e plantadores de cana de partido²⁸, demonstra que havia uma flexibilidade na aplicação das regras em casos específicos, como estes que acabamos de citar, onde a participação militar, somada ao prestígio econômico indicado pela ocupação, demonstra a adaptação sofrida por algumas normas que foram estabelecidas na Colônia.

Mas em decorrência das transformações econômicas operadas nas primeiras décadas do século XIX em Campinas, procuramos avaliar as mudanças sofridas no quadro das ocupações dos homens bons presentes na Lista Nominativa de 1798, e que puderam ser encontrados em 1814 e 1829. Segundo o Quadro 2, de seis plantadores de cana de partido, a exceção de um indivíduo - que não teve sua ocupação declarada, todos se tornaram senhores de engenho em 1814, enquanto apenas um roceiro conseguiu isto, em relação aos cinco existentes. Por outro lado, dos 14 senhores de engenho existentes em 1798, apenas dois deixaram de sê-lo em 1814, ambos tornando-se apenas agricultores em 1814, e um deles, Rafael de Oliveira Cardoso, um proprietário de tropa. Aqueles que conseguiram entrar na atividade açucareira garantiram não só o status social conferido aos senhores de engenho, como do ponto de vista econômico asseguraram uma acumulação bastante expressiva. Por exemplo, João Manoel do Amaral, que iniciou suas atividades entre 1794 e 1798 com apenas cinco escravos, passou a ter 17 e 34 cativos em 1814 e 1829, respectivamente, ou ainda como o caso de Joaquim Cardoso de Gusmão, que também principia seu engenho por volta de 1794 com somente cinco escravos, e torna-se proprietário de uma “fábrica” de açúcar e 53 cativos em 1829.

**QUADRO 2: OCUPAÇÕES DOS HOMENS BONS
CAMPINAS, 1798 - 1829**

<i>HOMENS BONS</i>	<i>OCUPAÇÕES</i>		
	1798	1814	1829
AGOSTINHO JOSÉ DE CAMPOS	Roceiro	não declarada	
ANTONIO ANTUNES DE CAMPOS	Roceiro	Sr. Engenho	
ANTONIO DA SILVA	Sr. Engenho	Sr. Engenho	
ANTONIO DE CERQUEIRA CÉSAR, CAPITÃO	Sr. Engenho	Sr. Engenho	
BERNARDO GUEDES BARRETO	Sr. Engenho	Sr. Engenho	
DOMINGOS DA COSTA MACHADO FILHO	Planta cana de partido	Sr. Engenho	Não declarada
FRANCISCO DE PAULA CAMARGO, TENENTE	Sr. Engenho	Sr. Engenho	
INÁCIO CAETANO LEME, ALFERES	Planta cana de partido	Sr. Engenho	Fábrica de açúcar
JOÃO EVANGELISTA CABRAL	Roceiro	Vive de sua tropa	Vive de seu trabalho
JOÃO JOSÉ DA SILVA, ALFERES	Sr. Engenho	Sr. Engenho	
JOÃO MANOEL DO AMARAL	Sr. Engenho	Sr. Engenho	Sr. Engenho
JOÃO MONTEIRO DE OLIVEIRA	Roceiro	Agricultor	
JOÃO PIMENTEL DE CAMARGO	Roceiro	Agricultor	Agricultor
JOAQUIM ANTONIO DE ARRUDA	Planta cana de partido	Sr. Engenho	Sr. Engenho
JOAQUIM BERNARDO GOMES	Planta cana de partido	Não declarada	
JOAQUIM CARDOSO DE GUSMÃO	Sr. Engenho	Sr. Engenho	Fábrica de açúcar
JOAQUIM DE OLIVEIRA LEITE	Planta mantimentos para sua casa	Sr. Engenho	
JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA NOGUEIRA, CAPITÃO	Sr. Engenho	Sr. Engenho	Fábrica de açúcar
JOSÉ ANTONIO DO AMARAL, ALFERES	Sr. Engenho	Sr. Engenho	
JOSÉ BARBOSA DO REGO	Oleiro	Agricultor	
JOSÉ DA ROCHA CAMARGO	Sr. Engenho	Sr. Engenho	
JOSÉ DE SOUSA SIQUEIRA	Sr. Engenho	Sr. Engenho	
MANUEL FERRAZ DE CAMPOS, ALFERES	Planta cana de partido	Sr. Engenho	
MANUEL MENDES DE GODOY	Sr. Engenho	Agricultor	
RAFAEL ANTUNES DE CAMPOS	Sr. Engenho	Sr. Engenho	Vive de seu trabalho
RAFAEL DE OLIVEIRA CARDOSO	Sr. Engenho	Agricultor	Agricultor e tem tropa em condução de açúcar
VICENTE JOSÉ MACHADO	Planta cana de partido	Sr. Engenho	

Fontes: 1.^a) “Relação dos homens bons que podem servir os Cargos da Republica”, In: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Vol. III, 1913, p.7 e 8.

2.^a) Listas Nominativas de Campinas. (AEL – Unicamp)

Se em 1798, 46 homens bons eram responsáveis por 80% do total de cativos na vila e 87% da produção total de açúcar, em 1814, um grupo remanescente destes mesmos senhores, contando com apenas 27 escravistas, eram responsáveis por 27% dos escravos e 39,5% da produção total do “ouro branco” que saía de Campinas. Essa comparação serve para ilustrar a força econômica que se tornaram os homens bons de 1797, mesmo após o constante incremento demográfico sofrido pela vila ao longo dos primeiros anos do século XIX. Cabe

ainda ressaltar a participação dos homens bons na produção total de outros produtos ainda em 1814, como 34% da aguardente, 20% do milho, 26% do feijão, 39% do arroz, e 18,5% da criação de capados. E no seio deste pequeno grupo sobressaem 19 senhores de engenho, detentores das principais patentes militares e que eram em sua maioria oriundos de outras terras, como nos mostra a tabela 6.

**TABELA 6: NATURALIDADE DOS HOMENS BONS
SENHORES DE ENGENHO
CAMPINAS, 1814**

NATURALIDADE	N.º de Casos
Campinas	3
Atibaia	1
Minas	2
Itu	4
Jundiaí	4
Porto Feliz	2
Cutia	1
Mogi	1
Pindamonhangaba	1
TOTAL	19

Fonte: Lista Nominativa de Campinas, 1814. (AEL – Unicamp)

Finalmente, queremos dizer que a força desse grupo de homens bons relacionados em 1797 pelo pároco local, fez-se presente de maneira importante pelo menos até 1814. Seus negócios, agora bem estabelecidos, repousavam sob uma base bastante sólida, a posse de escravos. Na tabela 7 procuramos evidenciar a presença marcante dos homens bons em relação aos demais escravistas, assim como de suas escravarias, e dessa forma evidenciar a participação desse grupo principalmente entre os médios e grandes proprietários.

Do primeiro rol de homens bons, apenas José Barbosa do Rego, o oleiro, acha-se com um escravo, outros dois possuíam três cativos, enquanto que a maioria dos senhores era proprietária de plantéis com mais de vinte escravos, possuindo 20,3% do total. Em relação à média de cativos dos homens bons e dos escravistas em geral, as faixas de tamanho de plantel abaixo de 20 apresentaram uma ligeira proximidade entre os dois grupos, ao passo que na faixa de 20 – 39, aonde os homens bons eram majoritários, a diferença foi favorável a estes, e chegou próxima de 5. Nos grandes plantéis, por sua vez, aqueles com 40 ou mais escravos, os homens bons de 1797 dividiam o espaço com outros grandes senhores, e dada a maioria destes, a diferença das médias foi de 3,6.

TABELA 7: DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVISTAS E SEUS ESCRAVOS EM RELAÇÃO AOS HOMENS BONS SEGUNDO FAIXA DE TAMANHO DE PLANTEL CAMPINAS: 1814

ANO 1814	Faixa de Tamanho de Plantel						TOTAL
	1	2-4	5-9	10-19	20-39	40 e +	
N.º de Escravistas	39 19,3%	76 37,7%	27 13,3%	12 5,9%	11 5,5%	10 4,9%	175 86,7%
N.º Homens Bons	1 0,5%	4 1,9%	6 3,0%	5 2,5%	8 3,9%	3 1,5%	27 13,3%
N.º Total de Escravistas	40 19,8%	80 39,6%	33 16,3%	17 8,4%	19 9,4%	13 6,4%	202 100%
N.º Escravos dos Escravistas	39 2,0%	205 10,9%	179 9,5%	165 8,7%	283 15%	509 26,9%	1380 73,0%
N.º Escravos Homens Bons	1 0,1%	14 0,7%	43 2,2%	70 3,7%	243 12,8%	142 7,5%	513 27,0%
N.º Total de Escravos	40 2,1%	219 11,6%	222 11,7%	235 12,4%	526 27,8%	651 34,4%	1893 100%
N.º Médio de Escravos	1	2,7	6,8	13,7	25,7	50,9	7,9
N.º Médio de Escravos dos Homens Bons	1	3,5	7,2	14	30,4	47,3	18,5

FONTE: Lista Nominativa de Campinas, 1814. (AEL – Unicamp)

Ao estudar os domicílios na cidade de São Paulo, baseando-se nas informações censitárias de 1836, Eni de Mesquita Samara afirma que “nas zonas mais ligadas à lavoura, eram mais comuns os nucleares e aumentados.”²⁹, demonstrando um estreito vínculo entre a composição dos domicílios e suas atividades econômicas. Ao procurarmos classificar os domicílios entre a população geral e o grupo de homens bons, obtivemos os seguintes resultados vistos pela tabela 8:

TABELA 8: ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS CAMPINAS, 1794

Categoria de Domicílio	Domicílios da População em Geral			Domicílios dos Homens Bons		
	Total	%	% acumulada	Total	%	% acumulada
<i>Singulares</i>	1	0,4	0,4	0	0	0
<i>Desconexos</i>	25	10,1	10,5	5	13,2	13,2
<i>Nucleares</i>	135	54,2	64,7	7	18,4	31,6
<i>Extensos</i>	2	0,8	65,5	0	0	31,6
<i>Aumentados</i>	86	34,5	100,0	26	68,4	100
Total Geral	249	100,0	100,0	38	100	100

Fonte: Lista Nominativa de Campinas, 1794 (AEL – Unicamp)

O domicílio solitário, como vemos, praticamente inexistia, pois apenas um indivíduo vivia assim, demonstrando a necessidade que as pessoas tinham de formarem associações para realizarem o trabalho que certamente estava calcado no campo, e que exigia a cooperação entre vários trabalhadores. Em Os Parceiros do Rio Bonito, Antonio Candido afirma que “As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica constituem oportunidades de mutirão (...) suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar.”³⁰ Dessa maneira, como a vida das pessoas dessa nascente Vila estava ligada essencialmente a agricultura, o viver de pessoas solitárias era desestimulado pela falta de alternativas à sobrevivência daqueles que viviam num meio eminentemente rural.

A participação de pessoas sozinhas ou de casais sem filhos que dirigiam domicílios na companhia de escravos e/ou agregados também era pequena (10,1%), e nestes casos foram enquadrados no tipo desconexo, por não haver uma união familiar explícita entre seus membros.

O tipo nuclear foi predominante (54,1%), sendo a família simples, composta de casal e filhos solteiros, a que apresentou maior frequência, 37%.

A família extensa praticamente não existe no cenário campineiro, e o que notamos é um forte peso do grupo da família aumentada, caracterizada pela presença do núcleo familiar simples acrescido de escravos e/ou agregados, correspondendo a 34,5%. Entre os homens bons este tipo de família, a aumentada, predominou amplamente sobre as demais (67,5%), o que é justificado pela forte presença de elementos sem vínculos familiares com o chefe do fogo, onde agregados e, principalmente escravos, passam a representar o poder e a riqueza desses senhores.

Finalmente, a tabela 9 apresenta a estrutura dos domicílios dirigidos pelos homens bons em três momentos, o primeiro, antes de receberem propriamente essa denominação, o segundo, quando efetivamente foram considerados homens bons, e o terceiro apresentando os domicílios remanescentes de 1797/98.

**TABELA 9: ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS DOS HOMENS BONS
CAMPINAS, 1794, 1798, 1814**

Categoria de Domicílio	Domicílios dos Homens Bons								
	1794			1798			1814		
	Total	%	% Ac.	Total	%	% Ac.	Total	%	% Ac.
<i>Desconexo</i>	5	13,2	13,2	9	17,3	17,3	1	3,6	3,6
<i>Nuclear</i>	7	18,4	31,6	3	5,8	23,1	1	3,6	7,2
<i>Aumentado</i>	26	68,4	100	40	76,9	100	26	92,8	100
Total Geral	38	100	100	52	100	100	28	100	100

Fonte: Listas Nominativas de Campinas, 1794, 1798, 1814. (AEL – Unicamp) – Obs.: %Ac. = % Acumulada.

Os resultados indicam que em 1794 já havia um forte predomínio das famílias proprietárias de escravos, representadas pelos tipos de domicílios aumentados e desconexos, isto é, aqueles que possuíam escravos e/ou agregados, e que essa tendência foi confirmada em 1798, e alargada em 1814, onde apenas o domicílio de João Pimentel de Camargo voltou a ser nuclear com a perda dos dois escravos que o mesmo possuía em 1798. (Veja Quadro 1)

O caminho para a ascensão social em Campinas era se tornar um roceiro, posteriormente um plantador de canas de partido, e por último um senhor de engenho. Por outro lado, a relação que procuramos demonstrar nesse estudo é a de que os homens bons, representantes de uma camada social privilegiada politicamente, eram em sua grande maioria senhores de escravos e possuidores de lavouras de açúcar. Em suma, a família aumentada dos senhores de engenho, era a cara dos “Homens bons”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao responder a representação dos moradores da freguesia de Campinas, o Governador da capitania, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, declarou o seguinte:

*“allegando por fundamento haver nella duas mil cento e sette pessoas, como fizeram certo pela atestação de seo respectivo Parocho, entre as quaes se contavam mais de secenta homens bons, capazes de occupar os empregos públicos da Camera, e como taes se viam obrigados air servir a referida Villa de Jundiahy de oito, dês, doze, e catorze legoas de distancia, o que lhes causava maior vexame e prejuízo, por deixarem ao desamparo as suas cazas, famílias, Lavouras de asucar, em que a maior parte delles se occupam, (...) : Hey por bem ordenar (...), que pasando em Continente a mencionada freguezia das Campinas fasa erigir a sua povoaçam em Villa, cuja se denominará – Villa de Sam Carlos”.*³¹

Estas breves palavras sintetizam os principais pontos que procuramos desenvolver durante este trabalho. O crescimento demográfico foi essencial para a elevação de Campinas a nova condição de Vila, entretanto, esse aumento populacional teve uma participação significativa por parte da população escrava, que passou a chegar na freguesia com uma intensidade e volume maior quando o preço do açúcar no mercado internacional estimulou a plantação de cana e a necessidade de sua expansão. No entanto, os mesmos homens que se preocuparam em estabelecer as lavouras de açúcar, foram os que também tiveram o interesse em estabelecer a “Camera”. O poder político parece ser imprescindível ao poder econômico, e nesse momento “os “homens bons”, pequena camada da população que se autodefinia e se auto-incluía, exercia sua dominação sobre a massa crescente de excluídos: negros escravos e livres, índios administrados, mestiços e brancos pobres que constituíam os chamados “peões” (ou povo).”³²

Notas:

¹ O autor é doutorando em História Econômica pela FFLCH da USP, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson H. Nozoe.

² BANDECCHI, Brasil. *O município no Brasil e sua função política (I)*. Revista da USP, v. XLIV, n.º 90, abril-junho, 1972, S. Paulo, p.509.

³ BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. Sec. Estado da Cultura, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo, 1979, p.257.

-
- ⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. Homens Bons, verbete. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971. 743 p., p.446.
- ⁵ Mário Neme, em sua *História da fundação de Piracicaba*, p. 51, afirma que com a restauração da Capitania de São Paulo, o Morgado Mateus fundou a colônia de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, “com o fim de patrulhar toda a zona marginal ao Rio Paraná e impedir aos paraguaios o acesso ao território brasileiro.”
- ⁶ Em relação à Minas Gerais, Donald Ramos considera que do ano de 1754 em diante houve um declínio da produção do ouro, enquanto outros autores, como Clotilde Paiva e Herbert Klein, apontam para o ano de 1750. Cf. RAMOS, Donald. Single and married women in Vila Rica, 1754-1838. In: *JFH*, v.16, n.º 3, 1991, p.262; KLEIN, H. & PAIVA, Clotilde A.. Freedmen in a slave economy: Minas Gerais 1831, *JSH*, summer 1996, p. 934. O quadro de decadência econômica de Minas Gerais, no entanto, não é uma idéia encampada por estes últimos historiadores, afirmando neste mesmo artigo que os últimos anos do século XVIII a Província mineira tornou-se uma área econômica complexa coexistindo simultaneamente a agricultura, uma proto-indústria e a mineração. Slenes é outro autor que endossa esse retrato das Minas Gerais, alegando que a mesma não apresentou “uma economia decadente ou estanque” durante a segunda metade do século XVIII, ao contrário, apresentou uma economia em forte ritmo de expansão. Cf. SLENES, Robert W.. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.18, n.3, p.449-495, set-dez, 1988.
- ⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986, p.38.
- ⁸ *Carta do Morgado de Mateus ao Conde de Oeyras sobre o Estado político da Capitania*. In: Documentos Interessantes, vol. 23, 1896, p. 2. (Doravante será usada a abreviatura D.I.)
- ⁹ PETRONE, Maria T. S. *A lavoura Canavieira em São Paulo*. Ed. Difel, São Paulo, 1968, pp.140, 141, 151.
- ¹⁰ EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989, p.325.
- ¹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976, p.83.
- ¹² KIDDER, Daniel P.. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980, p.233.
- ¹³ MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, S.P.: Editora Stiliano, 1998, p. 56.
- ¹⁴ Cf. TEIXEIRA, Paulo E. *Mulheres, domicílios e povoamento: Campinas, 1765 – 1850*. Dissertação de Mestrado, FHDSS – UNESP/Franca, 1999, p. 96.
- ¹⁵ SLENES, Robert W.. *A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX*. In: População e Família – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 1998) – São Paulo: Cedhal/USP/ Humanitas, 1998, p. 17.
- ¹⁶ Cf. MARCÍLIO, Maria L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. Tese de Livre-Docência em História, F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo, 1974, p. 135.
- ¹⁷ A chefia feminina de domicílios em Campinas pode ser compreendida em parte por esse processo migratório. Em 1829 haviam 54 fogos singulares dirigidos por mulheres contra apenas 18 liderados por homens. Cf. TEIXEIRA, Paulo E. *Ob. Cit.*, p. 246.
- ¹⁸ Cf. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livre: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p.230, 278.
- ¹⁹ MOTTA, José Flávio, *Ob. Cit.*, p. 279, 280.
- ²⁰ Fonte: Lista Nominativa de Campinas, 1778, fogo 5, e 1782, fogo 4.

-
- ²¹ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 75.
- ²² MESGRAVIS, Laima. *Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia*. Estudos Econômicos, 13(n ° Especial), 1983, p.801.
- ²³ D.I, v.III, São Paulo, 1913, p.7.
- ²⁴ Cf. MARCONDES, Renato L. *Ob. cit.*,p.97.
- ²⁵ Lista Nominativa de Campinas, 1798, Cia 1, fogo 62.
- ²⁶ Lista Nominativa de Campinas, 1798, Cia 2, fogo 15.
- ²⁷ Lista Nominativa de Campinas, 1798, Cia 1, fogo 22.
- ²⁸ Lista Nominativa de Campinas, 1798, Cia 1, fogo 3, e Cia 2, fogo 1.
- ²⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo século XIX*. Ed. Marco Zero, S.P., 1989, p.33.
- ³⁰ CANDIDO, Antonio *Os Parceiros do Rio Bonito, estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 5^a ed., 1979, p.68.
- ³¹ Portaria de 16/11/1797. In:D.I., v. III, 1913, p. 11.
- ³² MESGRAVIS, Laima. A sociedade paulista nos fins do período colonial. In: AZEVEDO, F. L. N. de & MONTEIRO, J. M. (orgs.) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996, p. 466.